

COM10XV/2022/82

Exma. Senhora Presidente

da Comissão Parlamentar de Trabalho,
Segurança Social e Inclusão

Deputada Isabel Meireles

S. Bento, 23 de junho de 2021

Assunto: Audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Presidente do Instituto da Segurança Social sobre os apoios sociais dirigidos a crianças e jovens com deficiência

Foi tornado público, no passado dia 19 de junho, que, nos primeiros meses do corrente ano, existiu um corte generalizado nos apoios sociais destinados crianças e jovens com deficiência, por parte do Instituto da Segurança Social (ISS). Estão em causa, não só cortes nos subsídios de educação especial, como também na bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência, tendo sido o total da atribuição destes apoios o mais baixo desde 2015.

Nos primeiros quatro meses de 2022, uma em cada quatro crianças ou jovens com deficiência viu o respetivo subsídio de educação especial cortado, o que representa uma redução de 5264 pagamentos.

Enquanto que a bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência, entre janeiro e abril do corrente ano, atingiu o valor mais baixo desde 2017, com uma redução de 45 mil pagamentos.

O indeferimento destes apoios sociais corresponde a uma ausência de respostas específicas que poderá representar uma regressão na terapêutica aplicada a estas crianças e jovens com deficiência.

Desde logo, o subsídio de educação especial consiste numa prestação mensal que se destina a compensar os encargos diretamente resultantes do apoio clínico e terapêutico especializado e indispensável ao desenvolvimento e formação de crianças e jovens com deficiência. Em alguns casos, a despesa é suportada pelas famílias e só depois reembolsada pelo ISS, sendo certo que há relatos de demora de mais de um ano para que os pagamentos sejam realizados.

A atribuição deste apoio está dependente da avaliação por parte de uma equipa interdisciplinar, contudo resulta da notícia publicada no Jornal de Notícias, o testemunho de uma mãe que afirma que “em cinco minutos, a junta de verificação indeferiu os apoios, mesmo reconhecendo a deficiência.”.

Num momento em que a inflação atinge níveis a que não assistíamos desde 1993, em que o Instituto Nacional de Estatística (INE) aponta para uma taxa de inflação de 8%, na primeira estimativa relativa ao mês de maio, à qual está associada um aumento dos preços e uma perda real de poder de compra é inaceitável que o ISS e, em consequência, o Governo apliquem cortes nos apoios sociais, à semelhança do aconteceu recentemente no que diz respeito aos cabazes alimentares atribuídos ao abrigo do Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC). Este é o momento de garantir e reforçar os apoios sociais a quem mais precisa.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Presidente do Instituto da Segurança Social.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

José Moura Soeiro